

A CONSTRUÇÃO DA RUÍNA: A DEMOLIÇÃO DA ACADEMIAL IMPERIAL DE BELAS ARTES E O ICONOCLASMO MODERNISTA ATRAVÉS DA IMPRENSA

Mauro Trindade

A onda demolidora que arrasou a antiga vila colonial do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX estendeu-se obstinada pelas décadas seguintes, e o que parecia uma tentativa de melhoria nos transportes, comércio e saúde avançou contra o que parecesse velho, pobre ou insalubre. Dinamite e marretas fizeram a maior parte do serviço, mas coube à imprensa carioca apresentar e avaliar o novo ideário estético, em uma retórica de modernização que se estendia além do urbanismo e da arquitetura e incluía a política, o esporte e o cotidiano. Jornais e revistas cariocas dos anos 1930 registraram e louvaram de forma quase uníssona a destruição em massa de antigas construções no Rio de Janeiro e em outras cidades, que culminou com a derrubada da Academia Imperial de Belas Artes em 1937 e 1938.

Durante o governo de Henrique de Toledo Dodsworth Filho (1895- 1975), interventor do então Distrito Federal entre 1937 e 1945, são realizadas diversas obras viárias e de remodelação da cidade, que devem ser entendidas num histórico de demolições, abertura de novas ruas e avenidas e remoções da população, cujo momento mais célebre ocorrera no governo do prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), entre 1902 e 1906. Costumeiramente associadas às reformas do Barão Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) em Paris, de 1853 a 1870, essas grandes transformações têm sido interpretadas como uma atualização do capitalismo durante a Segunda Revolução Industrial, visando a eficiência dos portos e a abertura de vias capazes de atender uma circulação mais intensa de moradores e mercadorias. Para o pesquisador Jaime Larry Benchimol, autor do livro *Pereira Passos, um Haussmann carioca*^I – que aproxima desde o título os feitos de um e outro prefeito –, aquele momento representou “um verdadeiro divisor de águas no processo histórico-social da estruturação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro”^{II}.

Entretanto os desejos por reformas urbanas se estendem por um longo período, na verdade, desde o final do século XVIII, quando a cidade deixou de ser mero entreposto do capital mercantil, com estrutura apenas indispensável à circulação das riquezas que por ela transitavam, para se tornar sede do vice-reino, e passou a exigir significativas melhorias no espaço urbano. Cartas e documentos do então vice-rei Luís de Vasconcellos fazem notar não apenas as novas fontes públicas e obras a “consertarem os caminhos”, como igualmente a “entalharem-se infinitos pântanos que haviam na cidade, origem de infinitas moléstias”^{III}, como a terrível gripe “zamparina”, corruptela de Anna Zamperini, cantora veneziana que seduziu a nobreza e o clero portugueses e terminou degredada no Brasil em meados de 1774. Em 1798, o Senado da Câmara listava, entre as causas das “moléstias endêmicas e epidêmicas” da cidade do Rio de Janeiro, o clima quente e úmido provocado “pelo impedimento que fazem à entrada dos cotidianos ventos matutinos ou terrais (...) os morros de São Bento até São Diogo (...), do Castelo, Santo Antonio e Fernando Dias”^{IV}, numa argumentação que seria reutilizada cem anos depois para justificar o desmanche de morros no Centro da cidade.

No século seguinte, persistem as preocupações com as condições sanitárias da cidade, em especial na década de 1850, quando a febre amarela teria matado mais de quatro mil pessoas^V.

Em 1877, Cândido Barata Ribeiro, futuro prefeito do Distrito Federal, escreve a tese “Quais medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre

amarela na cidade do Rio de Janeiro?” na qual defende a demolição dos cortiços no Centro da cidade, foco permanente de doenças:

“No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma (...) Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações (...) Só temos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas.”^{VI}

No mesmo ano de 1904 que ocorre a Revolta da Vacina, uma epidemia de varíola tem 1800 casos de internações no Hospital de São Sebastião, e um total de 4201 mortos^{VII}. Nicolau Sevcenko, autor de seminal pesquisa sobre o assunto, nota que a capitalização, o aburguesamento e a cosmopolitização levadas a cabo com a Reforma Pereira Passos têm origens mais profundas e “cujo efeito mais cruel foi a Revolta da Vacina”^{VIII}. O pesquisador reitera que as transformações urbanas ocorridas no período incluem medidas de saneamento e uma nova distribuição espacial das classes sociais.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde seus primeiros momentos, foi varrida por sucessivos alinhamentos de ruas e consequentes arrasamentos cuja topografia peculiar é capaz de explicar. Ao transferir em 1567 o povoamento das cercanias do Morro Cara de Cão para o Morro do Castelo – outrora conhecido como Morro de São Sebastião, de São Januário e do Alto da Sé, entre outras denominações –, optou-se pela proteção dos colonizadores, já que no alto dessa elevação estavam mais seguros contra os invasores franceses e índios beligerantes do que nas baixadas de Botafogo e do Flamengo.

O Rio de Janeiro seiscentista era dominado por alguns morros de baixa altitude cercados de mangues. Os morros do Castelo, do Desterro (Santa Tereza), do Lerype (Glória), do Carmo (Santo Antonio), de Paulo Caieiro (Providência), de Pedro Dias (Senado), do Padre Salsa (Conceição) e de Manuel de Britto (São Bento) estavam rodeados por uma vasta área inundada. “A essa verdadeira bacia, situada abaixo do nível do mar deram os antigos o nome de Várzea”^{IX}, comenta Vieira Fazenda. Um grande canal cruzava o atual Largo da Carioca, a rua Uruguaiana e escoava suas águas próximo à atual Praça Mauá. Além disso, as águas do Rio Carioca se espalhavam em duas vertentes desde a altura da Praça José de Alencar: uma em direção à praia do Flamengo e outra pela rua do Catete até à baía, ladeada por uma trilha indígena que pode ser considerada a rua mais antiga da cidade, anterior à chegada do europeu. Grandes lagoas ocupavam terrenos centrais non aedificandi, como a antiga Lagoa do Boqueirão, aterrada e transformada em Passeio Público em 1783, e a Lagoa de Santo Antonio, atual Largo da Carioca.

Com o tempo, mais e mais construções foram feitas nas várzeas, ou melhor, nos baixios mais secos aos pés do Castelo e de outros morros^X. Lentamente essas várzeas foram aterradas e ocupadas por residências e comércio, construídos de forma orgânica às características geográficas da cidade. Antigas serventias próximas a lagoas e pântanos foram retificadas e transformadas em ruas e avenidas, com a demolição dos edifícios que promoviam o traçado urbano irregular ou, simplesmente, que estavam em ruínas.

Diversas igrejas, teatros e logradouros foram destruídos ainda no século XIX e no início do seguinte, como a Igreja de São Domingos, próxima da atual Rua Frei Caneca; a do Parto, na atual Rodrigo Silva; o convento da Ajuda, na Cinelândia; a igreja de Copacabana; a Capela de São Jorge, do século XVIII e derrubada no seguinte; a Igreja de São Joaquim; a Igreja do Divino Espírito Santo de Mata-Porcos; o Theatro da Praia de Dom Manuel, construído em 1834 na rua do Cotovelo e demolido em 1868; a Ópera dos Vivos, da primeira metade do século XVIII, na Rua do Fogo; a muralha do forte São Sebastião, no Morro do Castelo, em 1808; o Largo da Mãe do Bispo, perto da rua Evaristo

da Veiga; os arcos do triunfo do Campo de Santana, da rua Direita (Primeiro de Março) com Ouvidor; e o célebre Palácio de Cristal, “cabaré” na rua do Rosário, repleto de “histórias galantes”, no dizer de Vieira Fazenda.

Se as demolições tiveram um caráter polêmico durante o governo Pereira Passos, cerca de três décadas depois, há poucas vozes discordantes dos projetos de remodelação da cidade levados a cabo por Henrique Dodsworth. Depois das grandes obras de Passos e de Carlos Sampaio (1861-1930), prefeito entre 1920 e 1922 que arrasou o morro do Castelo e expulsou do Centro moradores de baixa renda, além de aterrar a baía de Guanabara e a Lagoa Rodrigo de Freitas, foi a vez de Dodsworth realizar grandes obras viárias na cidade, em parte adaptadas do plano diretor concebido pelo arquiteto francês Alfred Agache^{XI}. A mais notável delas foi a construção da avenida Presidente Vargas, com a demolição de mais de 600 imóveis, entre eles, a célebre Igreja de São Pedro dos Clérigos, destruída em 1943. O interventor da ditadura Vargas foi ainda o responsável pela remodelação de quadras no Centro, o Corte do Cantagalo e a duplicação do túnel do Leme.

Escritores e jornalistas já saudavam as demolições como uma maneira da cidade se embelezar, cedendo o espaço de edifícios arruinados para novas construções dignas de uma capital federal. “De acordo com Olavo Bilac, o que caracteriza a cidade moderna são as ‘largas avenidas’ e os ‘palácios soberbos’”, nota Radamés Vieira Nunes^{XII}.

Praticamente todos os 10 jornais e revistas da década de 1930 que foram pesquisados repetem o tom laudatório e higienista a respeito das demolições em massa realizadas no período. Houve então uma produção discursiva que estimulou e justificou a demolição dos antigos prédios coloniais como insalubres, perigosos – sob o risco de desabamento –, feios e inadequados ao uso. Essa produção, inicialmente realizada por engenheiros e artistas, foi mais tarde maciçamente divulgada pela imprensa.

Grandes escritores como Luiz Edmundo criticavam a falta de higiene do Centro, onde a presença de animais livres, resquícios das antigas residências do Rio de Janeiro colonial que faziam uso rural da cidade, na qual

“...um verdoengo tapete de gramineas desafiando o paladar dos animais, que nella vivem ou passeiam inteiramente à solta: cabritos, carneiros, porcos, cavallos, gallinhas e perús. Ao mesmo tempo rua e pasto. E monturo, também; logar onde se juntam, quase sempre, no mesmo sonho de decomposição, detritos de toda natureza, animaes mortos, a espurcidia das cosinhas. Não há nisto o menor exagero. Quem duvidar que leia no relatório do Marquez de Lavradio.”^{XIII}

A linguagem de escritores e repórteres, dentro de um discurso iconoclasta, é eminentemente metafórica, com os conceitos de ruína e demolição utilizados de forma cambiante, conforme contextos específicos. A demolição, portanto, não pode ser reduzida a uma ação prática do moderno contra o passado, mas a uma transformação material e simbólica da cidade e de seus habitantes, a reordenação dos espaços e a novas possibilidades de relações intersociais^{XIV}.

Se a cidade pode ser compreendida em uma abordagem semântica, na qual seus valores e paradigmas são constituídos pela linguagem, há uma retórica que privilegia o moderno em detrimento do antigo, em pares opostos que são reiteradamente usados pelos jornais.

Nesse sentido que a leitura dos jornais é bastante reveladora, quando o discurso da demolição ultrapassa os limites da arquitetura e do urbanismo e vem a fazer parte da política, do esporte e das relações sociais.

As centenas de reportagens e crônicas pesquisadas nos anos 1930 nos jornais e revistas A Noite, Diário da Noite, Careta, A Batalha, A Manhã, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã, Jornal do Brasil,

Fon-Fon, Ilustração Brasileira e O Globo^{xv} defendem em sua maioria as demolições e aberturas de novas ruas e avenidas, além dos aterros e remoções das populações moradoras de cortiços e casas de cômodos do Centro da cidade.

Há um certo tom purgativo na palavra demolição, como se a destruição sistemática de tudo que fosse velho e inadequado purificasse a cidade de suas mazelas, da pobreza, das doenças e da criminalidade.

Assim, em 1931, o jornal A Noite transcreve cartas de leitores que pedem providências para a demolição das velhas arquibancadas do Jockey Club, usadas como “velhacouto de ladrões e vagabundos”. No ano seguinte, anuncia na reportagem de capa “Mais vale prevenir” que, no bairro de São Cristóvão, um “casarão na rua Fonseca Telles ameaça a vida de dezenas de pessoas”. A casa onde moram 12 famílias é classificada como um “velho casarão colonial transformado em colmeia humana corre o risco de desabar”. No Centro do Rio, também são expulsos os moradores da favela das Virtudes – que ficava próxima à esplanada do Castelo, onde, em 1932, “muitos bungalows de latas de querosene foram abaixo. As exigências da hygiene e da esthetica assim determinaram”, escreve em 1932 o mesmo A Noite.

A eficiência do novo em relação ao antigo é reiterada com a notícia da demolição dos velhos casarões da marinha e a construção da Escola Naval, em 1934. De acordo com A Noite, ela é realizada “segundo os methods mais modernos, ficando ella concluída dentro de um prazo de um anno...”

Esteticamente a cidade nova torna-se mais bela à medida que velhos prédios saem da vista de seus moradores. Em novembro de 1937, o mesmo jornal sugere o arrasamento da Escola Benjamin Constant, como forma de embelezar a avenida do Mangue, “um dos mais belos aspectos do panorama urbano”. O Diário Carioca, em janeiro do ano seguinte, defende que “cessem os tradicionalistas as suas lamentações e deixem que a picareta do progresso cumpra seu dever. O prédio da Escola Benjamin Constant já não podia mais continuar onde estava”.

Até mesmo as lojas passaram a usar a onda de demolições como um atrativo para seus fregueses. Caso da joalheria La Royale que “em virtude da demolição do prédio ‘O Paiz’ vae desaparecer essa tradicional casa. Adquiri hoje mesmo os vossos presentes de Natal”, anuncia nos jornais em 1937. Os Armazéns Brasil, no mesmo ano, repete a estratégia e anuncia grande liquidação devido à demolição de seu prédio.

No esporte, “demolir” e “demolição” servem aos cronistas como exemplo máximo da supremacia física de um boxeur sobre o oponente. Joe Louis é classificado como “o dinamite negra” ou o “Bombardeador de Detroit”. Mas em sua vitória sobre o alemão Max Schmeling também é saudado como “o Demolidor”. “A demolição de Primo Carnera por Max Baer” é igualmente louvada pelo A Noite.

Na política, o jornal A Batalha de 11 de fevereiro de 1938, publica na capa artigo laudatório de Júlio Barata ao Golpe de Estado de Getúlio Vargas logo abaixo das fotografias de Mussolini e Hitler – em reportagem distinta –, no qual defende “de que devíamos evoluir a uma nova organização estatal e começar o trabalho pela demolição do edificio antigo, onde a politicagem se enthonzara”.

Na literatura, a Careta de 5 de fevereiro de 1938 trata o “movimento moderno” como “época inicial de demolição em que o salutar atrito das idéas era um espetáculo sobretudo para divertir as galerias, sem sentido profundo nem utilidade espiritual”.

E mesmo na religião o termo “demolição” recebe sentidos positivos, como em carta psicografada de “Max” publicada na Gazeta de Notícias de 28 de janeiro de 1938, na qual o “espírito” comenta que

“a demolição espiritual de um ser (...) é o trabalho com se se arranca do âmago de um indivíduo (...) do fundo de seu espírito, tudo quanto é prejudicial, tudo que mancha”.

Os jornais e revistas anunciam demolições no interior do Brasil, nos Estados Unidos e na Argentina, cuja capital “embeleza-se” com um “programa de grandes melhoramentos urbanos”. A fúria iconoclasta é tamanha que A Noite pede “Mais cuidado, srs. demolidores”, em reportagem de 1931, pois pedestres e vizinhos de um prédio sendo destruído na rua Sete de Setembro sofrem com nuvens de poeira, pedras e fragmentos de barro e cimento lançados a esmo.

Prédios de importância histórica, artística e cultural também foram abaixo nos anos 1930. O Theatro Lyrico, “velha casa de espetáculos (...) interdita pela segurança que oferecia”, escreve A Noite de 27/12/1933, era de 1851 e recebeu em seu palco artistas como Caruso e Arturo Toscanini. Foi derrubado em menos de um ano para a construção da nova sede da Caixa Econômica, o que nunca aconteceu. O Casino Beira-Mar foi posto abaixo em 1937 com grande quantidade de explosivos e no ano seguinte é a vez do prédio da Imprensa Nacional, para o alargamento da rua Treze de Maio.

Nenhum deles, porém, teve tanto destaque pela imprensa carioca quanto a demolição da Antiga Sé de Salvador, em 7 de agosto de 1933, como forma de “readaptar o centro antigo da Cidade à intensidade do tráfego que diariamente a anima”^{XVI}, observa o geógrafo Milton Santos. “Com a demolição daquele templo secular o tráfego será muito desafogado no trecho da cidade onde ele se ergue”, comentava friamente o jornal A Noite, de primeiro de junho de 1933. O suicídio de um antigo vigia da igreja, alguns meses depois, deu um tom mais soluçante ao diário: “No espírito simples e sensível do guardião fiel, a demolição do templo causara uma perda irreparável”.

Entre todas as demolições, a da Academia Imperial de Bellas Artes foi, literalmente, uma nota de pé de página. A revista *Ilustração Brasileira*, em reportagem de 1937, visita o prédio do Tesouro Nacional, ao qual a Academia fora incorporada parcialmente desde 1908 e definitivamente em 1912. Como a antiga AIBA ficava no Becco das Bellas Artes, era vizinha do Tesouro, na avenida Passos, o que facilitou a fusão dos dois edifícios. Criada em 1791, quando era chamada de rua do Real Erário ou rua da Moeda, passou a se chamar rua do Sacramento em 1817, devido ao início da construção – no ano anterior – da Igreja Matriz da Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé.

O prédio do Tesouro, por sua vez, foi uma adaptação da antiga Casa de História Natural, de 1784, conhecida como Casa dos Pássaros, que guardava uma coleção de aves empalhadas. O edifício foi o primeiro museu natural do continente. Com a vinda de Família Real, tornou-se o Erário Régio em 1814, no lugar da Casa de Contos da rua Direita, destruída pelo corsário francês René Duguay-Trouin em 1711.

A pequena reportagem apresenta o frontão da Academia como entrada principal do antigo prédio do Ministério da Fazenda sem fazer qualquer citação ao desenho de Grandjean de Montigny. O texto acentua o caráter precário da construção e a necessidade de mudança:

“Do Ministério da Fazenda que ali funcionou, resta pouca coisa e pouco que resta está horrivelmente mal instalado. Velhos móveis, cadeiras sem fundos, estantes sujas. As paredes não escondem os anos que lhes passaram por cima. No pátio, veem-se pedaços de móveis, lixo, ervas e pequenos arbustos. Parece um pátio de tapera. E, de facto, o edifício do Tesouro já não é hoje mais do que uma tapera.”

Várias pinturas de teto de Bernadelli aparecem na revista, além de retratos não-identificados e o interior do prédio, além de vistas do Becco e da Avenida Passos. Naquele momento, os dois prédios reunidos já estão sendo esvaziados para serem arrasados, enquanto os funcionários foram alojados no Largo de Santa Rita. Nem os apelos de Ariosto Berna, chefe do Museu Histórico da Cidade, impedem

a obra. Em conversa com a professora Angela Ancora da Luz, Mario Pedrosa comenta que toda a demolição foi feita rapidamente, para evitar que o recém-fundado Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Brasileiro (SPHAN), fundado em 1937, interviesse.

Em 1936, uma licitação para a demolição já tinha sido publicada no Diário Oficial, mais tarde suspensa e substituída por outra no ano seguinte. Em abril, o empreiteiro Luiz Koatz já era o responsável pela obra. Em 23 de outubro, o Diário Oficial publica a solicitação de retirada da Caixa de Correios e do ponto de bondes em frente ao prédio, já em ruínas.

Na capa de A Noite, de 9 de março de 1938, uma foto do Tesouro Nacional praticamente destruído é publicada com uma matéria que ali se construirá um novo prédio de 12 andares para abrigar o Ministério da Fazenda. Em 12 de outubro de 1938, o Diário da Noite afirma que “as picaretas do progresso extinguiram os últimos vestígios da Casa dos Pássaros”. Em A Noite, de 10 de maio de 1938, Luiz Koatz lamenta a perda da pedra fundamental do prédio do Tesouro, em uma confusão completa com o esquecido prédio de Grandjean de Montigny. Na Gazeta de Notícias de 17 de maio, um artigo saúda a criação do SPHAN e lamenta a destruição da Antiga Sé de Salvador e da Academia, para anunciar que um Caravaggio que fazia parte de sua coleção acabara de ser roubado.

A Biblioteca do IPHAN guarda o que deve ser o último registro da Academia Imperial de Bellas Artes: uma sequência de contatos fotográficos – sem data e sem autor – com várias etapas de sua demolição, inclusive com imagens de estátuas arruinadas sobre os escombros do edifício. Setenta e sete anos depois de sua destruição, o terreno onde se localizaria o novo Ministério da Fazenda jamais recebeu qualquer edificação e seu prédio foi erguido na esplanada do Castelo. Funciona até hoje no local da Academia um estacionamento com entrada pela Avenida Passos, em uma região degradada do Rio de Janeiro. Uma empresa de seguros e previdência com sede na mesma rua pretende reconstruir o portal da Academia no local e transformar a esquecida Travessa das Belas-Artes em centro cultural.

Notas Finais

- I. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos – Um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, v. 11, 1991.
- II. Idem, p. 18.
- III. LAVRADIO, Marquês do. Relatório, op. cit. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos – Um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, v. 11, 1991, p.22.
- IV. FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2011, p. 265.
- V. BENCHIMOL, op. cit. p. 113.
- VI. apud CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996., p. 51, in SANTOS, Leonardo Soares dos. A “desruralização” do Rio de Janeiro ao tempo de Pereira Passos. Rio de Janeiro, Revista Convergência Crítica
- VII. Sevckenko, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- VIII. Idem, p. 66.
- IX. FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2011, v. 3, p. 292.
- X. “Um ato da administração pública veio contribuir para o desenvolvimento da cidade. Referimo-nos ao ato de Salvador Correa pelo qual dava aos novos povoadores o direito de edificarem onde bem lhes parecesse, sem nenhum outro ônus do que o livre arbítrio de cada um. A cidade foi, pois, se desenvolvendo à vontade, pelo vale ou planície paludosa, que demora entre aqueles morros, que por muito tempo formaram seus limites”, in FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro: 1500 - 1900*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1901, 1º fascículo, p. 58.
- XI. PECHMAN, Robert. *Henrique Dodsworth*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DODSWORTH,%20Henrique.pdf>. Acesso

em 16/01/2015.

XII. NUNES, Radamés Vieira. *Pena na Mão, Olhos na Rua, Cidade(s) nas Folhas: Rio de Janeiro nas Crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac (1900-1920)*. Goiânia, *Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC Emblemas*, (5/6) 43-56, 2008/2009.

XIII. EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932, p. 31-32. Op. cit. SANTOS, Leonardo Soares dos. A “desruralização” do Rio de Janeiro no tempo de Pereira Passos. Niterói, *Revista Convergência Crítica*, v.3, n. 1, 2014, p. 80-102.

XIV. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1998, 2ª tiragem.

XV. Retiradas de 9582 ocorrências em 64 periódicos cariocas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

XVI. SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 119.